

ISV

# Dispensado o assessor de formações da Universidade

Decreto de 1967, as Assessorias de Segurança e Informação dos ministérios, exercidas por militares, estão sendo desativadas

Assessorias de Segurança e Informações, instaladas em cada órgão sob jurisdição de um Ministério, só tenha saído em 1972 — e até o começo deste ano, multiplicaram-se as ASI. Seus acompanhantes tinham, entre outras, as tarefas de planejar, coordenar e dirigir atividades de segurança, informação e contra-informação, no âmbito do respectivo Ministério.

Esta atribuição exigia "estreito relacionamento com órgãos congêneres, com comandos militares e altas autoridades". E, no caso das universidades, subordinava a ASI aos reitores. A ASI da Universidade Federal gaúcha não existia até julho de 1968, quando o então reitor Eduardo Faraco convidou o coronel paranaense Natalício da Cruz Correa, hoje com 64 anos e há 12 na reserva, para dirigi-la.

"Assumi como um quebragatos do reitor Faraco, e atuei inicialmente na compra dos computadores do Centro de Processamento de Dados", conta o coronel, atrás de sua mesa numa pequena sala onde trabalha com sua secretária e ao lado de um cofre cinza onde se amontoam pilhas de pastas de circulação com o timbre do Serviço Público Federal e um carimbo de *confidencial* em letras vermelhas.

## UM INCOMPREENDIDO

Ele gostava de estar onde tinha gente, onde estava a massa. relembra hoje João Soares, funcionário aposentado depois de trabalhar 28 anos na Faculdade de Filosofia. "Sabia se insinuar entre a gente e vinha com aquela fala mansa

para querer saber de tudo. Onde havia gente, lá estava o coronel. Se saía junto com alguém, oferecia carona. Se a gente dizia que morava no Partenon, ele dizia que ia pra Azenha; se a gente falasse em Quarto Distrito, o homem ia pra lá também. Mas era só pra conversar, pra perguntar".

"Muita gente me atribuía um poder que eu não tinha", refuta o coronel Natalício, "e por isto fui muitas vezes incompreendido". Ele recorda com mágoa este episódio: "Logo depois dos expurgos de 1969, um professor, durante uma cerimônia no Salão Nobre, tentou me ridicularizar perguntando o que é que eu estava lecionando. Respondi que poderia lecionar violino e bioquímica, especialidades em que sou formado pela própria Universidade Federal. Quer dizer, não sou um estranho no ninho, sou daqui mesmo, com tanto direito como eles de trabalhar e ganhar meu dinheiro".

Depois disto, o coronel tentou saber se o repórter de O RIO GRANDE Semanal trabalhava no "livro da Adurg" (a Adurg é a Associação dos Docentes Universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e está elaborando um livro contendo os depoimentos de 37 professores atingidos por atos excepcionais entre 64 e 69). Com a negativa e a reiteração de que se tratava de uma reportagem para o jornal e que outras pessoas também estavam sendo ouvidas, perguntou: "Alguém citou meu nome como ligado à repressão?".

A verdade é que nenhum dos depoentes da "turma de 1969", — 20 expurgados em três listas diferentes — menciona o nome do coronel Natalício. Apenas três declararam conhecê-lo, e assim mesmo só de vista. O professor João Carlos Brum Torres, um dos expurgados, explica: "Naquela época não havia clima para que se fizesse uma investigação sobre a vida de uma pessoa ou sua atividade dentro da escola sem que o assunto vazasse. E sua figura era insignificante no contexto:

quem queria a nossa cassação estava em Brasília, ao lado do presidente Costa e Silva, já incapaz, e dos ministros da Junta, manobrando para colocar nomes numa lista de cassação que talvez até fosse falsa. Havia muita coisa mais importante acontecendo para que as grandes preocupações da repressão caíssem sobre nós".

## NOS PASSAPORTES

Para a professora Maria da Glória Bordini, a preocupação existia "porque ensinávamos os alunos a pensarem criticamente. Isto não interessava ao regime e ele acabou cassando muita gente". Maria da Glória recorda que muitos falsos alunos foram matriculados nas universidades, principalmente no período de 1965 a 1968: "Lembro-me de um colega do curso de Letras da Faculdade de Filosofia, chamado Ari, que era funcionário do SNI. Mesmo depois de cassada continuei recebendo a visita dele na editora em que fui trabalhar. E usava o pretexto de con-

seguir publicações".

Outra informação que o coronel Natalício rebate: "Você acredita que eu iria sair por aí investigando a vida das pessoas no meio de todo o mundo?" Sua função atual, segundo ele mesmo, consiste em "conseguir vistos em passaportes de professores que precisam realizar viagens urgentes, fazer transferências de filhos de amigos, coisas assim", diz — certamente insignificantes para quem tem um salário de Cr\$ 43 mil.

Na manhã de quarta-feira, dia 1º, o reitor Homero Jobim informou que "já não há mais a figura do assessor de Segurança e Informações. Atualmente o coronel Natalício é assessor para outros assuntos". O reitor ainda nos informou que os processos relativos às cassações de professores estão em Brasília, no Ministério da Justiça, e que "aparecerão quando forem necessários".

Logo depois desta entrevista, nosso repórter foi novamente ao gabinete do coronel, uma sala localizada ao lado do Departamento de Pessoal e a única, entre os cinco andares da Reitoria, com placa indicativa "Assessor de Segurança e Informações" ou de seu ocupante. Na entrevista, o coronel Natalício disse simplesmente:

— Se você foi a Roma, a causa está encerrada.

Mas como ele sabia disto, se o gabinete do reitor está localizado num andar superior? Outra resposta seca e definitiva:

— Ver sem ser visto, ouvir sem ser ouvido. Esta é a máxima.

Renan Antunes de Oliveira



# Informações da Universidade

*Instituídas por decreto de 1967, as Assessorias de Segurança e Informação dos ministérios, exercidas por militares, estão sendo desativadas*

Foi até com uma certa facilidade que as assessorias de Segurança e Informação existiram nas universidades brasileiras foram desativadas. Com uma simples comunicação interna do ministro da Educação, Eduardo Portela, dada no dia 8 de maio, a função deixou de existir.

O que talvez não seja tão fácil é saber como os órgãos públicos como as universidades farão para cumprir esta determinação, que afeta diretamente centenas de pessoas, a maioria militares aposentadas do Exército, que não podem simplesmente serem demitidas de uma função que desempenham há mais de 10 anos.

No caso da reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a solução encontrada para o coronel Natálio da Cruz Correa, há 12 anos nesta atividade de *informação*, foi dar-lhe uma nova função: desde o mês passado é *Assessor Especial do Reitor*, com uma remuneração mensal de Cr\$ 45 mil — aproximadamente o mesmo que ganha um diretor de faculdade.

## CONTRA—INFORMAÇÃO

A atividade de um assessor de Segurança e Informação era incomum na vida e universidade brasileiras até fevereiro de 1967, quando o decreto-lei 200, que estabeleceu diretrizes para reformar a administração federal, criou, através de seu artigo 29, a Divisão de Segurança e Informações, "órgão de assistência direta e imediata ao ministro de Estado", em cada Ministério civil.

Desde então — embora a regulamentação das Asses-

sorias de Segurança e Informações, instituídas em cada órgão sob jurisdição de um Ministério, só tenha sido em 1972 — e até o começo deste ano, multiplicaram-se as Asses. Seus acompanhantes tinham, entre outras, as tarefas de "planejar, coordenar e dirigir atividades de segurança, informação e contra-informação, no âmbito do respectivo Ministério".

Esta atribuição exigia "estreito relacionamento com órgãos congêneres, com comandos militares e altas autoridades". E, no caso das universidades, subordinava a ASI aos reitores. A ASI da Universidade Federal gaúcha não existia até julho de 1968, quando o então reitor Eduardo Faraco convidou o coronel paranaense Natálio da Cruz Correa, hoje com 64 anos e há 12 na reserva, para dirigi-la.

"Assumi como um quebracalhos do reitor Faraco, e aqui inicialmente foi comprados computadores do Centro de Processamento de Dados", conta o coronel, atrás de sua mesa numa pequena sala onde trabalha com sua secretária e ao lado de um cofre cinza onde se amontoa pilhas de pastas de circulação com o título do Serviço Público Federal e um carimbo de *confidencial* em letras vermelhas.

## UM INCOMPREENSÍVEL

"Ele gostava de estar onde tinha gente, onde estava a massa", relembra hoje Jilto Soares, funcionário aposentado depois de trabalhar 28 anos na Faculdade de Filosofia. "Sabia se instaurar entre a gente e vinha com aquela fala mansa

para querer saber de tudo. Onde havia gente, já estava o coronel. Se sala junto com alguém, oferecia carona. Se a gente dizia que morava no Partenon, ele dizia que ia pra Azenha; se a gente falasse em Quarto Distrito, o homem lá pra já também. Mas era só pra conversar pra perguntar".

"Mas a gente me atribuía um poder que eu não tinha", releu o coronel Natálio, "e por isto fui muitas vezes incompreendido". Ele recorda com mágoa este episódio: "Logo depois dos expurgos de 1969, um professor, durante uma cerimônia no Salão Nobre, tentou me ridicularizar perguntando o que é que eu estava lecionando. Respondi que poderia lecionar violino e biologia, especialidades em que sou formado pela própria Universidade Federal. Quer dizer, não sou um estranho no tanto dirito como eles de trabalhar e ganhar meu dinheiro".

Depois disto, o coronel tentou saber se o repórter de O RIO GRANDE Semanal trabalhava no "livro da Adurges da Adurges e a Associação das Docentes Universitárias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e está elaborando um livro contendo os depoimentos de 37 professores atingidos por atos excepcionais entre 64 e 69). Com a negativa e a reiteração de que se tratava de uma reportagem para o jornal e que outras pessoas também estavam sendo ouvidas, perguntou: "Alguém citou meu nome como ligado a repressão?".

A verdade é que nenhum dos depoentes da "torra de 1969", — 20 expurgados em três listas diferentes — mencionou o nome do coronel Natálio. Apenas três declararam conhecê-lo, e assim mesmo só de vista. O professor João Carlos Brum Torres, um dos expurgados, explicou: "Naquela época não havia cliente para que se fizesse uma investigação sobre a vida de uma pessoa ou sua atividade dentro da escola sem que o assunto vazasse. E sua figura era insignificante no contexto; queria a nossa cassação estava em Brasília, ao lado do presidente Costa e Silva, já incapaz, e dos ministros da Justiça, manobrando para colocar nomes numa lista de cassação que talvez até fosse falsa. Havia muita coisa mais importante acontecendo para que as grandes preocupações da repressão caíssem sobre nós".

## NOS PASSAPORTES

Para a professora Maria da Glória Boedini, a preocupação existia "porque ensinávamos os alunos a pensarem criticamente. Isto não interessava ao regime e ele acabou cassando de muita gente". Maria da Glória recorda que muitos falsos *alunos* foram matriculados nas universidades, principalmente no período de 1965 a 1968: "Lembro-me de um colega do curso de Letras da Faculdade de Filosofia, chamado Ari, que era funcionário do SNI. Mesmo depois de cassada continuei recebendo a visita dele na editoria em que fui trabalhar. E usava o pretexto de con-

seguir publicações".

Outra informação que o coronel Natálio rebate: "Você acredita que eu iria sair por aí investigando a vida das pessoas no reino de todo o mundo? Sua função atual, segundo ele mesmo, consiste em "conseguir vistos em passaportes de professores que precisam realizar viagens urgentes, fazer transferências de filhos de amigos, coisas assim", diz — certamente insistentes para quem tem um salário de Cr\$ 45 mil.

Na manhã de quarta-feira, dia 1º, o reitor Homero Jobim informou que "já não há mais a figura do assessor de Segurança e Informações. Atualmente o coronel Natálio é assessor para outros assuntos". O reitor ainda nos informou que os processos relativos às cassações de professores estão em Brasília, no Ministério da Justiça, e que "aparecerão quando forem necessários".

Logo depois desta entrevista, nosso repórter foi novamente ao gabinete do coronel, uma sala localizada ao lado do Departamento de Pessoal e a única, na Universidade, em plena atividade. O coronel Natálio ocupava o lugar onde se ouvia a clara abstração da entrevista. O reitor, o coronel Nuanco disse simplesmente:

— Se você foi a Roraima, a causa está encerrada. Mas como ele sabia disso se o gabinete do reitor está localizado num andar superior? Outra resposta seca e definitiva: — Ver sem ser visto, ouvir sem ser ouvido. Esta é a máxima.

Renan Antunes de Oliveira